

AL NOTÍCIAS

Distribuição gratuita



Assembléia aprova gratificação a servidores

Eduardo Guedes de Oliveira



Os deputados aprovaram no dia 25, as propostas que instituem gratificação de 15% a servidores de sete órgãos da administração estadual. As propostas receberam emendas dos deputados Jorginho Mello (PSDB), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) e Gilmar Knaesel (PSDB). Também recebeu aval do Plenário o projeto que abre caminho para que o governo estadual inicie a implementação do corredor bioceânico, com a construção de uma estrada de ferro no Oeste.

Apreciação das matérias foi acelerada atendendo reivindicação do funcionalismo

Página 8

Comissão define cronograma de audiências do Orçamento Regionalizado

Página 4

Parlamentares querem manter BESC público

Jonas Lemos Campos

Em audiência pública realizada no dia 25, os deputados defenderam a retirada do Banco do Estado de Santa Catarina do Plano Nacional de Desestatização (PND). Uma moção reivindicando a medida será encaminhada ao governo federal.

O debate foi motivado pelo edital da Casan que abriu concorrência pública para escolha de um gestor da conta salário. O presidente da estatal, Walmor de Lucca, anunciou o adiamento da abertura das propostas do dia 8 de maio para 12 de junho.



Walmor de Lucca (no detalhe) e Eurides Mescolotto, presidente do BESC, foram convidados pela Assembléia para esclarecer a polêmica, gerada a partir do edital da Casan

Página Central

OPINIÃO

O BESC e as contas da União

A saúde financeira do BESC voltou ao foco de debates dos catarinenses, desde que o governo estadual aventou a possibilidade de auferir recursos leiloando a conta-salário do funcionalismo, prática já levada a bom termo por diversas administrações públicas, como a do Estado do Mato Grosso do Sul ou as prefeituras de Blumenau, Itajaí e Criciúma, sempre em gestões do PT.

O assunto merece reflexão aprofundada, já que, desde o governo passado, o BESC é um banco público federal, que pertence à União, também controladora de outras duas instituições financeiras atuantes em Santa Catarina, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

É importante lembrar que no Estado estão instalados dezenas de órgãos e empresas públicas federais, responsáveis por vultosas movimentações de cifras,

quase que exclusivamente naquelas duas últimas instituições, bastando como exemplo citarmos a Petrobras ou a Eletrosul. O BB e a CEF também centralizam movimentações de convênios federais com as administrações municipais e a estadual, recolhem tributos federais, recebem depósitos judiciais trabalhistas e da Justiça Federal, fazem pagamentos das folhas de servidores da União, aposentados e pensionistas do governo federal, aí incluindo-se as Forças Armadas.

Tais recursos, a meu ver, também poderiam ser carreados para o Besc, numa divisão equânime entre os três bancos federais. A terça parte deste bolo já superaria, com grande folga, o montante das contas do funcionalismo estadual. Aliás, paradoxalmente, em Santa Catarina a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) movimenta recursos num banco

privado e pensionistas do INSS recebem por outro, muito citado no escândalo do valerioduto.

Esta reflexão leva-me a reclamar a sociedade catarinense a cobrar do presidente da República, do Ministério da Fazenda estadual, no qual exerço mandato, para que dê vez à diretoria da instituição, à Funesec e ao Sindicato dos Bancários, a fim de se formatar relatório contundente e substancial reivindicando cotas iguais no bolo de recursos federais movimentados em Santa Catarina. Tenho convicção de que, isto ocorrendo, se a União de fato consolidar tal parceria com o Besc, nunca mais se ouvirá falar em crise do banco que orgulhosamente ostenta o nome do nosso Estado, que é dos catarinenses e de todos os brasileiros.

Deputado Rogério Mendonça - Peninha (Líder do PMDB na AL)

Desafio e oportunidade global

Em 2002, um documento da ONU alarmava o mundo com dados catastróficos sobre saneamento, água, agricultura e biodiversidade. Cerca de 2,2 milhões de pessoas morriam a cada ano por beberem água contaminada e 40% da população do mundo já enfrentavam a escassez. Os números basearam o documento "Desafio Global, Oportunidade Global", que serviu de ponto de partida para as discussões da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, naquele mesmo ano.

O plano de 10 anos traçado na Conferência defendia, entre outras idéias, que o desenvolvimento sustentável é aquele que "atende às necessidades de nossa geração sem comprometer as gerações futuras". Além desta, traz uma dezena de outras metas como a queda drástica da poluição industrial e a garantia de que, até

2015, todos os países reduziram pela metade o número de pessoas sem acesso a saneamento básico e água potável.

Dez anos antes desta conferência, na Rio 92, o mundo também apontou o caminho do desenvolvimento sustentável e pouco ou nada foi feito para que a situação ganhasse, no mínimo, um horizonte menos nefasto. Caminhamos para a insolvência ambiental, cujo primeiro reflexo grave é justamente a escassez de água e não observamos um único movimento em direção à razão. Desde grandes potências mundiais, até os pequenos municípios, observa-se um descaso generalizado com a questão, principalmente no que se refere à poluição e outras formas de degradação dos mananciais.

A definição de uma política de resultados efetivos em relação ao meio ambiente é um desafio

para a vida e uma oportunidade para crescermos de forma menos predatória. Longe do que faz o país comandado por George Bush, que dá de ombros ao Protocolo de Kyoto - mesmo sendo o maior poluidor mundial -, cabe-nos fomentar, dia a dia, uma nova proposta de desenvolvimento econômico e de relação com o meio ambiente. E isso deve começar por aqui, região que detém boa parte das reservas hídricas do planeta.

O consumo de água no século XX aumentou seis vezes, para uma população que apenas duplicou. Nada está totalmente perdido, mas não é plausível esperar 2012 para que registremos no papel as metas que não vamos cumprir nos próximos 10 anos. Depois da Rio 92 e de Johannesburgo em 2002, não é possível adiar essa preocupação por mais uma década.

Deputado Paulo Eccel (PT)

Associação de mulheres expõe artesanato

Com o propósito de mostrar o potencial da mulher através dos seus trabalhos artesanais, a Associação de Mulheres Oestinas de Florianópolis (Amoflor) trouxe para o hall da Assembleia Legislativa, de 24 a 28 deste mês, dezenas de peças para exposição.

De acordo com a secretária da Associação, Sônia Maria Trebien, a exposição traz bons resultados para as artesãs que consideram apropriado o espaço oferecido. "O grande número de pessoas que por aqui circulam favorece nossa

divulgação. Aproveitamos a movimentação para entregar cartões de visita, pois essa ação traz saldo positivo", comentou.

Sônia informou ainda que a entidade está expondo na Casa pela terceira vez, e já tem data marcada para uma próxima, entre os dias 27 e 30 de novembro. "A divulgação feita aqui abre as portas para o trabalho lá fora, uma vez que os contatos realizados no momento em que os visitantes apreciam os materiais expostos resultam em encomendas", observou.

[AGENDA]

• 2 de maio, 9h30min: Comissão de Saúde – Audiência pública para fornecer informações sobre a contribuição previdenciária dos notários, tabeliães, oficiais de registro, escreventes e auxiliares

Local: Sala de Imprensa

• 2 de maio, 10h: Comissão de Justiça – Audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 520/06, de autoria do deputado Vanio dos Santos (PT), que dispõe sobre assédio moral no âmbito da administração pública

Local: Plenário

• 2 de maio, 17 horas: Instalação do Fórum Permanente da Tarifa Única do Transporte Coletivo nas Regiões Metropolitanas do Estado

Local: Sala de reunião das comissões

• 3 de maio, 9 horas: Comissão de Legislação Participativa – Audiência pública para discutir a TV Digital

Local: Plenário

• 3 de maio, 19 horas: Lançamento de obras da escritora catarinense Apolônia Gastaldi

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Mesa



Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Branganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins, Edna Schumacker e Janine Koneski de Abreu

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Viviane Olga da Fonseca e Suelen Regina Hilário

INSTITUCIONAL

Recursos para barragem dependem de projeto adequado

Programa federal tem 200 milhões de dólares do Banco Mundial para investir na construção de barragens em todo o país. Barragem do Rio do Salto, no Extremo-sul, está orçada em R\$ 50 milhões



Arquivo AL

Ministro (segundo à esquerda) alertou para a urgência quanto às adequações e remessa do projeto pelo Estado

O governo estadual deve apressar a adequação do projeto para a construção da barragem do Rio do Salto, no município de mesmo nome, no Extremo-sul catarinense, caso queira ser incluído no Pró-água, programa federal que tem US\$ 200 milhões do Banco Mundial (BIRD) para investimentos em barragens. O alerta foi feito no último dia 20, pelos deputados José Paulo Serafim (PT) e Valmir Comin (PP), respectivamente presidente e vice-presidente do Fórum para a Construção da Barragem do Rio do Salto, formado no âmbito da Assembléia Legislativa.

De acordo com os parlamentares, o ministro da Integração Nacional, Pedro Brito Nascimento, com quem estiveram em audiência no último dia 19, em Brasília, juntamente com o deputado federal Jorge Boeira (PT/SC), sugeriu que o governo catarinense agilizasse a remessa do projeto, à exemplo do Rio Grande do Sul, que já encaminhava três projetos de barragens. Orçada em R\$ 50 milhões, a barragem do Rio do Salto está na relação de obras aprovadas pelo Banco Mundial. Vai beneficiar di-

retamente cerca de 1.600 famílias de produtores rurais com água para a lavoura nos períodos de estiagem e também garantindo o abastecimento de água potável a aproximadamente 17 mil famílias. Conforme Serafim, a construção ainda vai auxiliar na contenção de enchentes na região.

Segundo Comin, a Fatma exigiu 22 itens complementares para adequar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto elaborado pela Secretaria Estadual da Agricultura, que deve proceder o atendimento das exigências. Destacou ainda que cabe ao Estado fazer a desapropriação das terras, bem como dar uma contrapartida nos recursos para a construção das barragens.

Além da urgência para assegurar os recursos financiados pelo BIRD, a rápida definição da obra é essencial aos agricultores de Areia Branca, que estão sendo prejudicados na hora de buscar financiamento. "Com os boatos da construção da barragem, não se sabe quando as terras serão desapropriadas", resumiu Comin.

Juiz federal é agraciado com título de cidadão catarinense

Por meio de proposição do líder do PSDB, deputado Clésio Salvaro, realizou-se no dia 25, no Plenário, sessão solene para entregar o título de Cidadão Catarinense ao juiz federal Jorge Antonio Maurique.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Estado onde nasceu, Maurique frequentou o Curso de Preparação à Magistratura promovido pela Escola da Magistratura da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul em 1985.

Entre os anos de 1999 e 2001, assumiu o cargo de vice-presidente do Instituto dos Juizes Federais de Santa Catarina, e em 2002 exerceu os cargos de presidente do Instituto dos Juizes Federais de Santa Catarina e membro suplente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado na classe de juiz federal.

"Profundamente inserido no seu tempo e conhecedor da realidade mundial e do nosso país, o juiz Maurique sabe que temos

de ter a coragem dos antigos heróis e ousar mudar, ousar ver o novo e nos adaptarmos", discursou o deputado Salvaro, salientando que, nos últimos 19 anos de atuação em Santa Catarina, o homenageado conquistou profundo respeito e carinho dos catarinenses pelo desempenho em todas as áreas em que atuou e ainda atua.

Sustentação

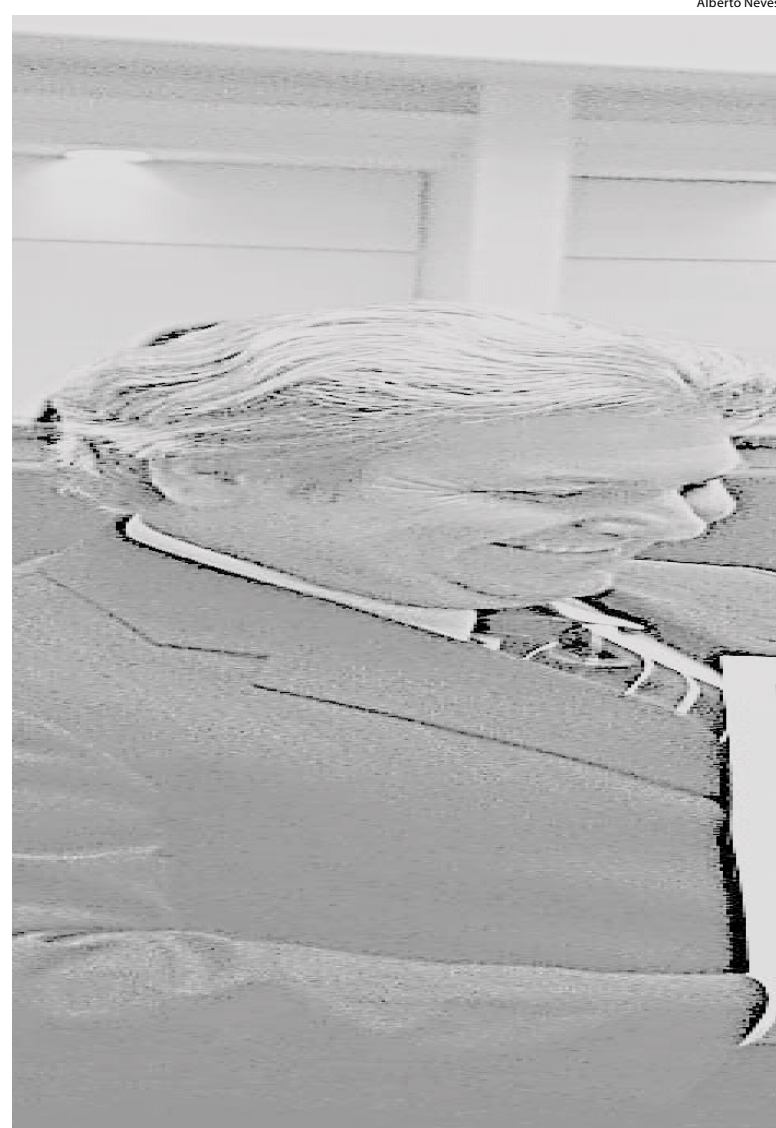
O parlamentar fez questão de enfatizar o papel do Poder Judiciário na construção e sustentação da democracia. "Pedra basilar e referência obrigatória de nossa dignidade de ser humano e cidadão, a Justiça é o nosso porto seguro", afirmou, ponderando que a Justiça, ao mesmo tempo em que precisa de estrutura sólida, precisa também ter a flexibilidade para adaptar-se às oscilações.

Maurique, emocionado, disse que nunca imaginou receber tão distinta honraria, estenden-

do a homenagem tanto à magistratura catarinense quanto à federal. O juiz destacou a importância de uma postura ancorada na justiça social.

Após o discurso, Maurique recebeu do deputado Salvaro uma placa em sua homenagem, ouvindo do líder que, filhos como ele, Santa Catarina se orgulha em abrigar.

Para compor a mesa, foram convidados José Agenor de Aragão, presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, Jurandir Borges Pinheiro, presidente da Associação dos Juizes Federais, Beatriz Maurique, esposa do homenageado, Aloísio Piazza, Secretário Extraordinário de Assuntos Parlamentares, representando o prefeito de Florianópolis Dário Berger, o desembargador Nelson Schaefer Martins, o vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), o deputado Clésio Salvaro (PSDB) e o homenageado Jorge Antonio Maurique.



Alberto Neves

Maurique, há 19 anos no estado, recebeu o título das mãos de Salvaro

INSTITUCIONAL

Encontro encaminha soluções para conflitos agrários no estado

Parlamentares promoveram reunião entre juiz agrário e representantes do Incra e Movimento dos Sem Terra no dia 25



Jonas Lemos Campos

A cooperação entre Incra e o Judiciário, segundo os presentes, é essencial para soluções pacíficas aos conflitos...

Numa tentativa de agilizar o entendimento nas questões agrárias em Santa Catarina, representantes do Incra, do MST, o juiz agrário Ermínio Darold e parlamentares reuniram-se durante quase três horas, na manhã do dia 25, na sala da presidência do Legislativo. O encontro marcou o entendimento entre as partes, apesar de haver tensões localizadas em algumas regiões do Estado.

A reunião foi agendada e coordenada pelo deputado Paulo Eccel (PT), depois das tentativas de uma saída negociada para a ocupação de uma área no município de Irineópolis. "Tivemos encaminhamentos práticos e acho importante o entendimento de que existem questões sociais complexas por

atrás do assunto", comentou Eccel. O parlamentar registrou os encaminhamentos posteriores à reunião, entre eles a cooperação entre Incra e Justiça, a ampliação do trabalho de desarmamento e ações localizadas nas áreas consideradas críticas.

Há pendências em áreas dos municípios de Correia Pinto, Rio Negrinho (considerada uma das mais tensas), Campo Erê (Fazenda Caldato) e Fraiburgo. O MST cobrou do Incra mais agilidade nas desapropriações e garantiu ao juiz agrário que a política de negociação continuará.

Contudo, cobrou uma atitude contra a ação dos fazendeiros de diversas regiões, que estariam se armando contra o movimento. "Aprendemos armas e entregamos à polícia.



Eduardo Guedes de Oliveira

Parlamentares intermediaram negociações entre empresários e governo

Agora queremos uma atitude", disse um dos coordenadores do MST, Álvaro Santin.

Obstáculos

Os representantes do Incra destacaram que o problema, muitas vezes, é judicial, e que há recursos para compra de terra e estrutura para fiscalização, porém, não há terra disponível para venda. "Quando encaminhamos um processo sobre uma área que é improdutivo, enfrentamos todo tipo de impedimento judicial. Um deles, por exemplo, é a impossibilidade de desapropriação de áreas sem registro", afirmou o superintendente do Incra em SC, João Paulo Strapasson.

Outro caso comum é que os proprietários de áreas não aceitam o pagamento em títulos federais da terra, o que dificulta as negociações.

Para o juiz agrário Ermínio Darold, o MST catarinense mantém atitudes francas nas tentativas de entendimento, priorizando a negociação em todos os momentos.

"O que falta é uma ação mais efetiva do Incra. Nos oferecemos para ajudar, mas há problemas no encaminhamento das soluções por parte do órgão", disse Darold. Strapasson contestou Darold e afirmou que, na maior parte dos casos, entraves judiciais impedem as desapropriações.

Jonas Lemos Campos



...que, conforme os representantes do MST, acabam por desencadear confrontos no campo

Encontro define proposta de redução de ICMS na construção civil

Em reunião no dia 26, na Presidência da Casa, foi finalizada proposta de redução do ICMS de 17% para 12% sobre itens da construção civil, a ser encaminhada ao Poder Executivo, o qual deve, em seguida, remeter a matéria para a apreciação do Parlamento. A construção do pré-projeto foi intermediada pelo Parlamento catarinense e negociada entre a Secretaria de Estado da Fazenda e a Associação dos Comerciantes de Material de Construção – Acomoc's.

No encontro na Assembléia,

em que estavam presentes o presidente da AL, deputado Julio Garcia (PFL), e os deputados José Carlos Vieira (PF), Clésio Salvaro (PSDB) e Dionei da Silva (PT), foram acertados os termos finais da proposta, incluindo a relação da "cesta básica" de produtos usados pela indústria de construção.

Segundo estudos realizados pela Fundação João Pinheiro no ano de 2000 e projeção da Cohab/SC para o ano de 2005, o déficit habitacional do Estado é de aproximadamente 160

mil moradias. "Essa redução na alíquota visa diminuir o déficit e contribuir para a geração de empregos", comentou o deputado José Carlos. Entre os produtos que constam da cesta básica, estão tubos e conexões de plásticos, janelas, portas, vergalhão, tintas, vasos sanitários, argamassas, cimento, vidros, fios de cobre, entre outros.

Julio Garcia garantiu o imediato encaminhamento do projeto às comissões técnicas, tão logo seja enviado pelo governo, e sua rápida apreciação em Plenário.

Audiências do Orçamento estão definidas

Jonas Lemos Campos

Legislativo vai realizar 10 encontros em sedes de secretarias regionais do Estado, onde serão eleitas as obras prioritárias para 2007

Os parlamentares aprovaram no dia 26 o calendário das audiências públicas para discutir o Orçamento Regionalizado. O presidente da Comissão de Finanças, deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), apresentou roteiro prevendo 10 audiências públicas, que começarão no dia 5 de junho e serão concluídas no dia 9.

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) pediu que o governo preste contas, nas audiências deste ano, do que foi executado ou não das obras e programas eleitos nas audiências do ano passado e incluídas no orçamento estadual.

“Porque, se olharmos o orçamento aprovado em 2005, veremos que já foi todo fatiado. Mesmo o Fundo Social já teve 90% dos seus recursos remanejados. Este é um orçamento de faz de conta”, avaliou. O peemedebista Romildo Titon argumentou que, muitas vezes, se cria uma falsa expectativa, provocando desgaste para o Legislativo. Por

isso, defendeu que as audiências públicas sejam realizadas em conjunto com as Secretarias de Desenvolvimento Regional e com os Conselhos Regionais, pois as funções são semelhantes.

Já o líder do PT, deputado Dionei Walter da Silva, lembrou da necessidade de tratar o orçamento com transparência, até porque é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LDR). Dionei considera importante esclarecer a população sobre as obras apontadas como prioritárias e que foram ou não atendidas no Orçamento de 2005. “Essa experiência de participação da população nas decisões orçamentárias ainda é recente. Em Santa Catarina só começou em 1997”, comentou.

Para ele, a proposta de Vieirão é uma forma de aperfeiçoar o processo e a participação do Executivo. Pregou ainda, a mudança na metodologia das audiências, “de maneira que o encontro não se torne propaganda dos secretários regionais”, enfatizou.



Parlamentares querem o aperfeiçoamento da metodologia utilizada nas audiências regionais

[CRONOGRAMA DE AUDIÊNCIAS]

- **5 de junho:** Joinville (regionais Joinville, Mafrá e Jaraguá do Sul) e São Miguel do Oeste (regionais de Maravilha, São Miguel do Oeste, Palmitos e Dioniso Cerqueira).
- **6 de junho:** Rio do Sul (regionais de Rio do Sul, Ibirama e Ituporanga) e Chapecó (regionais de Xanxerê, São Lourenço do Oeste e Chapecó).
- **7 de junho:** Itajaí (regionais de Itajaí, Blumenau e Brusque) e Joaçaba (regionais de Concórdia, Campos Novos e Joaçaba).
- **8 de junho:** Caçador (regionais de Caçador, Canoinhas e Videira) e Tubarão (regionais de Laguna, Criciúma, Araranguá e Tubarão).
- **9 de junho:** Lages (regionais de Lages, São Joaquim e Curitibanos) e São José (regional da Grande Florianópolis).

Escola promove formação de agentes públicos

O auditório da Associação de Municípios da Região de Laguna (Amurel), em Tubarão, sediou no dia 18, o Seminário de Formação de Agentes Políticos, destinado a capacitar os agentes políticos, assessores e servidores de Câmaras e Prefeituras da região sobre processo legislativo, licitações e contratos administrativos. O evento foi promovido e realizado pela Assembléia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, com o apoio da Amurel.

A abertura oficial do seminário contou com a participação do presidente da Associação e prefeito de Capivari de Baixo, Moacir Rabelo da Silva, do prefeito de Santa Rosa de Lima, Celso Heidemann, e da coordenadora pedagógica da Escola do Legislativo, Valéria Zacaron. “Nós, agentes públicos, temos responsabilidades com o cidadão”, enfatizou Silva.

A primeira palestra do seminário foi ministrada pela servidora da Assembléia, Vera Lúcia Farias, coordenadora do Banco Estadual da Legislação Catarinense, que abordou o tema “Processo Legislativo”. Competência exclusiva da Câmara Municipal, iniciativas privativas do prefeito municipal, projetos de lei e emendas à Lei Orgânica Municipal foram os

assuntos que mais levantaram dúvidas durante a palestra.

À tarde, as servidoras, Mirian Furtado Krieger, Nadiesda Ghizzo Schmidt e Sinara Lúcia Valas Dal Grande, também da Casa, falaram sobre “Licitação e Contratos Administrativos”. As técnicas fizeram um apanhado geral sobre os conceitos de licitações, os procedimentos administrativos e a Lei nº 8.666/93, que trata das licitações e estabelece as normas gerais em todas as modalidades de concorrência pública. Segundo Nadiesda, “uma das modalidades que mais está sendo utilizada pela Assembléia Legislativa é o Pregão, que tem sido uma importante ferramenta para baixar os custos”.

No dia 19, a Escola realizou o curso de “Comunicação e Atendimento Telefônico”, também na sede da Amurel. Ministrado pelas servidoras da Assembléia Rosana Brasca Cajuella, coordenadora de Eventos, e Ilka Maria Fretta, gerente do Cerimonial, o curso destinou-se ao aperfeiçoamento dos servidores públicos das câmaras e prefeituras da região para o atendimento ao cidadão. No total, participaram 45 pessoas representando 14 municípios.

Para Daniella Wessler, de 19 anos, telefonista da prefeitura

de Rio Fortuna, o curso foi importante pois ela nunca havia participado de eventos dessa natureza. “Achei o curso bem proveitoso, pois ofereceu novos caminhos para o atendimento ao público”, avaliou. Janice Inácio, de 44 anos, telefonista da Câmara de Tubarão, aprovou o curso. “As

informações são bem detalhadas, com idéias e sugestões novas”, sintetizou.

A recepcionista da prefeitura de Capivari de Baixo, Sandra M. Camilo (31), já participou de vários cursos, mas entende que “cada um que se realiza é uma nova oportunidade de recicla-

gem”.

A secretária da Câmara de Gravatal, Patrícia Vicenzi (35), disse que vai sugerir que o curso seja realizado em sua cidade. “As pessoas que atendem o cidadão aqui são mal preparadas. Nossa função exige aperfeiçoamento”, comentou ela.

Alberto Neves



Servidores e agentes políticos da região da Amurel puderam esclarecer dúvidas sobre diversos assuntos

COMISSÕES

Deputados querem BESC fora do programa de privatizações

Durante mais de três horas, no dia 25, deputados, empregados do Banco do Estado de Santa Catarina e autoridades estaduais discutiram os rumos da instituição, federalizada em 2000 e, desde então, na lista de privatizações do governo federal

Rose Mary Paz Padilha

Moção do Parlamento catarinense ao governo federal vai reivindicar a retirada do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) do Plano Nacional de Desestatização (PND). O encaminhamento resultou de audiência pública requerida pelo presidente da Comissão de Trabalho e Serviços Públicos, deputado Vanio dos Santos (PT), e coordenada pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL).

Os participantes do debate também aprovaram o pedido

de sustação do edital da Casan, proposto pelo deputado Afrânio Boppré (P-SOL). O edital, lançado há duas semanas, abriu processo licitatório para selecionar instituição financeira para gerir a conta salário da empresa. O presidente da estatal, Walmor de Lucca, anunciou o adiamento do processo. Um novo edital, transferindo a leitura das propostas de 8 de maio para 12 de junho, deve ser publicado no *Diário Oficial do Estado*. Foi aprovado ainda o levantamento da situação do BESC e a apresentação de alternativas para o seu fortalecimento.

Os encaminhamentos foram feitos após um debate de três horas, com vários pronunciamentos de parlamentares estaduais e federais, sindicalistas, funcionários do banco e dos convocados pela Assembléia – o presidente da Casan, Walmor de Lucca, o presidente do BESC, Eurides Mescolotto, e o secretário estadual da Fazenda, Max Bornholdt. Os pronunciamentos integram o documento da Comissão que será enviado aos governos federal e estadual, bancada federal no Congresso Nacional e outros setores envolvidos no tema.



Representantes dos empregados da instituição lotaram as galerias da Casa



Foram mais de três horas de debates, em que foram ouvidos representantes do governo, da Casan, do banco, além de parlamentares



Para Vanio, administração estadual está "fragilizando" o BESC



Blasi sugeriu a reestudualização do banco

Decisão política pode definir destino do banco

O proponente da audiência, deputado Vanio dos Santos, classificou o processo de privatização do banco de "entrega do patrimônio público de forma criminosa". Para ele, "o primeiro passo do governo do Estado para fragilizar o BESC foi dado com a publicação do edital pela Casan prevendo a venda da manutenção das suas contas".

Vanio Böing, superintendente da Fundação Codesc/Fusesc, salientou que a reivindicação de manter o BESC público é uma luta que acontece a cada quatro anos e que o banco só não foi vendido ainda "por uma questão política". Para o presidente do Sindicato dos Bancários da Grande Florianópolis, Jacir Zimmer, a retirada das contas do governo do banco não é uma iniciativa isolada e sim uma posição política do governo do Estado. "Em julho, o banco comemora 44 anos e a nossa defesa é pelo BESC público."

O presidente da Casan, Walmor de Lucca, disse que não quer o enfraquecimento do banco e, ao referir-se à retirada das contas da

Casan, do BESC, questionou aos participantes da audiência se a empresa que dirige é a única empresa pública de Santa Catarina. "Cabe à Casan abrir mão de R\$ 10 milhões para favorecer o BESC? E, ao cancelar a licitação, não corro o risco de incúria administrativa?", questionou.

O presidente do banco, Eurides Mescolotto, garantiu que ele continuará em Santa Catarina. "O BESC é um banco federal e banco federal não quebra. O edital da Casan foi um tiro no pé do governador licenciado", sentenciou, referindo-se ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

Max Bornholdt, secretário estadual da Fazenda, atribuiu ao governo federal a responsabilidade pelo futuro do BESC. "Depende do governo federal tirá-lo do corredor da morte. O contrato de federalização assinado no ano 2000 previa a privatização do banco", salientou. Disse ainda que o governo catarinense quer as mesmas vantagens obtidas pelos outros estados no que se refere às contas-salário.

O que disseram os deputados

"Como estaria o banco se não fosse o empréstimo de R\$ 1,5 bilhão? O que salvou o banco foi esse financiamento. É preciso mudar a legislação para tirar o BESC dessa situação. Sem isso, o resto é balela, mentira, enganação." Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP)

"O governador e o presidente da República se elegeram com a promessa de salvar o banco, mas em quatro anos nada foi feito. Queremos o BESC fora do PND, fora da zona de perigo." Afrânio Boppré (P-SOL)

"Como presidente do Fórum Permanente em Defesa do BESC Público, espero que o governo federal tire o BESC da privatização e devolva o banco ao povo de Santa Catarina." Jorginho Mello (PSDB)

"Quem federalizou o BESC foi o governo passado. O governo catarinense é discriminado pelo governo federal. Se o BESC é da União, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, por que o BESC não tem o mesmo tratamento que esses outros bancos?" Rogério Mendonça – Peninha (PMDB)

"Quem inaugurou o processo de vender as contas dos municípios foi o governador licenciado (Luiz Henrique da Silveira), quando ainda era prefeito de Joinville. Sobre a situação do BESC, o governo do PP sofreu ações vindas de muitos governos. Há contradições entre a campanha e a prática." Joares Ponticelli (PP)

"Este é um momento de reflexão. Sugiro que o governo federal retire o BESC do PND e que, enquanto o banco for federal, que os órgãos federais sediados em Santa Catarina mantenham suas contas no banco. Ao governo do Estado sugiro que desista do leilão. A ambos sugiro que seja examinada a possibilidade de reestudualização do BESC." João Henrique Blasi (PMDB)

"Além de defender o BESC, defendo os catarinenses. Agora que o banco está bem, querem quebrá-lo. Estou cobrando do governo do Estado a promessa do Plano 15 do governador licenciado Luiz Henrique da Silveira, de lutar pelo BESC público. O governo precisa sepultar a idéia de tirar as contas do governo do banco." Ana Paula Lima (PT)

"No período pré-eleitoral, Luiz Henrique era contra a privatização. Em vez de usar recursos do Fundo Social em política social, deveria usá-lo para resgatar o BESC. A luta pelo BESC público deve continuar." Wilson Vieira – Dentinho (PT)

Moção cobra política de preços agrícolas

A Comissão de Agricultura aprovou no dia 26, em reunião ordinária, moção dirigida aos ministros da Agricultura, Defesa Agrária e Fazenda cobrando a definição de uma política nacional de preço mínimo. Sem ela, entendem os deputados, os produtores continuarão a amargar prejuízos. "Precisamos assegurar, além do preço mínimo, a armazenagem também. Caso contrário, vamos acabar tendo que comprar milho para fazer o fubá", alertou o presidente da Comissão, deputado Reno Caramori (PP).

Seminário

O vice-presidente da Comissão, deputado Dionei Walter da Silva (PT), salientou a importância do Seminário de Rizicultura, que a Comissão de Agricultura promoveu nos dias 27 e 28, nas cidades de Guarimirim e Pouso Redondo, respectivamente. Em pauta, a prorrogação das dívidas contraídas pelos agricultores. Ele defende que a negociação de recursos junto ao Banco do Brasil para custeio ocorra de maneira coletiva, não fragilizando os agricultores nas tratativas. Enfatizou que a renegociação das dívidas, definição do preço mínimo, bem como a instalação de armazéns que garantam a atividade, são essenciais para o setor. "Hoje o produtor acaba vendendo, por exemplo, a saca de arroz a R\$ 15,00 para a indústria, enquanto o mínimo está cotado em R\$ 22,00. Só que a falta de armazéns está impedindo a compra pelo governo federal", explicou.

Os deputados também aprovaram moção encaminhada pelos vereadores de Concórdia, dirigida ao presidente Reno Caramori e ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, entre outros, defendendo adoção de mecanismos de prevenção contra a gripe aviária. Deram ainda parecer favorável a uma terceira moção, de autoria da própria Comissão, cobrando medidas urgentes do governo federal na programação de custeio da safra, normatizando investimentos e renegociação de dívidas das safras 2002/2003 e 2004/2005. Projeto de autoria do deputado Rogério Mendonça-Peninha (PMDB), que

Educação vai ouvir governo sobre repasses

A Comissão de Educação, presidida pelo deputado Romildo Tilton (PMDB), aprovou, em reunião realizada no dia 26, requerimento do deputado Paulo Eccel (PT) convidando a secretária estadual da Educação, Ciência e Tecnologia, Elisabete Nunes Anderle, e o secretário de Estado da Fazenda, Max Bornholdt, para prestarem esclarecimentos referentes aos repasses de recursos destinados à assistência financeira prevista no artigo 170 da Constituição do Estado. O convite é para que compareçam à reunião da Comissão, a princípio, no dia 10 de maio.

"A convocação se faz necessária porque o artigo 170 da Carta Magna estadual, regulamentado pelas Leis Complementares 281/05 e 296/05, estabelece o repasse de 5% do mínimo constitucional que o Estado aplica em educação para a manutenção e o desenvolvimento da educação superior", justificou Eccel em seu requerimento. Também foi aprovado requerimento da deputada Odete de Jesus (PL) para realização de audiência pública, em data ainda a ser definida, a fim de debater o Projeto de Lei Complementar nº 45/06, de autoria do Executivo, que regulamenta o artigo 171 da Constituição do Estado.

Projetos instituem gratificações a servidores estaduais

Propostas foram aprovadas com emendas dos deputados Jorginho Mello, Antônio Carlos Vieira e Gilmar Knaesel

Eduardo Guedes de Oliveira



Teor das proposições apreciadas pelos parlamentares é semelhante

O Plenário aprovou, no dia 25, sete projetos de lei, de origem governamental, que instituem gratificação a servidores. Todos têm o mesmo teor e prevêem um reajuste de 15% do valor da gratificação de produtividade estabelecida em legislação anterior. Foram aprovadas duas emendas a todos os projetos.

Uma, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), determina que o Executivo deve pagar, até 1º de janeiro de 2007, 15% do valor total da gratificação. O restante será pago até 31 de janeiro de 2007.

A emenda do deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) diz que a lei entrará em vigor já na data da sua publicação. O projeto original do Executivo previa o pagamento do benefício a partir de 1º de janeiro de 2007.

Foram aprovadas ainda duas emendas a dois projetos específicos. A emenda aditiva do deputado Gilmar Knaesel (PSDB) ao PL nº 139/06 estende a gratificação aos servidores lotados ou em exercício na Fundação

Catarinense de Cultura (FCC) e na Fundação Catarinense de Desporto. Já a emenda modificativa ao PL nº 138/06, de autoria do deputado João Henrique Blasi, líder do governo, deu a seguinte redação ao artigo 3º: “Aos servidores inativos que na data da aposentaria possuíam lotação no órgão central da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia (SED), será atribuído valor igual ao percebido pelos ocupantes da mesma classe, nível e referência, da categoria funcional quando em atividade.”

Os projetos aprovados referem-se aos servidores dos seguintes órgãos do governo: PL nº 134/06 - Gabinete do Vice-governador, PL nº 135/06 - Secretaria de Coordenação e Articulação, nº 136/06 - Secretaria de Comunicação, nº 37/06 - Secretaria de Estado do Planejamento, nº 138/06 - Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, nº 139/06 - Secretaria da Cultura, Turismo e Esporte, e PL nº 40/06 - Fundação Catarinense de Educação Especial.

Estado pode iniciar implantação de corredor bioceânico

Presidente da União Parlamentar do Mercosul (UPM), o deputado Celestino Secco (PP) é o autor do Projeto de Lei nº 283/05, aprovado nessa semana, que autoriza o governador a promover a constituição da Sociedade por Ações Companhia TransCatarinense. A empresa, de economia mista cujo capital inicial será de R\$ 10 milhões, terá como objeto a implantação de uma estrada de ferro no

trecho entre Joaçaba/Herval d'Oeste e São Miguel d'Oeste/Dionísio Cerqueira – parte brasileira do Corredor Bioceânico, que se desenvolve de São Francisco do Sul a Antofagasta/Mexilhões, no Chile.



Celestino Secco, presidente da UPM

A proposta, enfatiza o deputado Celestino, é uma contribuição de Santa Catarina ao IV Fórum do Corredor Bioceânico Central, realizado em Florianópolis nos dias 28 e 29 de abril do ano passa-

do, quando se reuniram parlamentares do Mercosul vindos da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e do Brasil. “A iniciativa catarinense de deflagração do Corredor animará as províncias argentinas, os departamentos do Paraguai e do Chile, o governo e as populações bolivianas a agirem na mesma direção. O Fórum foi criado com esse propósito”, destacou o progressista. Para completar os 3 mil quilômetros entre os oceanos Atlântico e Pacífico, restam 980 quilômetros a serem construídos: 275 em solo catarinense e outros 705 em dois trechos em território argentino.

PMDB abre espaço para suplentes



Rogério Mendonça - Peninha

A bancada do PMDB volta a prestigiar seus suplentes a partir de 2 de maio, quando os deputados Rogério Mendonça - Peninha, Mauro Mariani e Genésio Goulart irão se licenciar por 60 dias, abrindo vagas para Ronaldo Benedet, Manoel Mota e Gelson Sorgato. A decisão foi comunicada ao presidente da Assembleia Legislativa no final de tarde do dia 27.

A substituição provisória do líder Peninha será definida na

reunião da bancada, no dia 2. Os nomes cotados são o do vice-líder Romildo Titon e de Mota, que desempenhava a função até o final de março.

“Não pretendia me licenciar, mas pratiquei o gesto para completar a relação dos que se afastam, já que havia o entendimento de prestigiar até o terceiro suplente, que é o deputado Sorgato”, explicou Peninha, que retornará à liderança em julho. “A escolha do líder caberá à bancada, mas há uma tendência de o Mota retornar, pois já vinha na função”, diz João Henrique Blasi, que responde pela liderança do governo na Assembleia Legislativa.

O rodízio atende aos apelos do governador licenciado Luiz Henrique e do governador em exercício Eduardo Pinho Moreira. “A proposta é valorizar os suplentes, ainda mais que ninguém somou sozinho os votos que garantiram vagas para a legenda no parlamento”, justifica Peninha.

PLENÁRIO

Ponticelli acusa cortes no Orçamento 2006



Deputado Joares Ponticelli

O governo procedeu a um corte orçamentário de 40% dos recursos previstos para investimentos e custeio da estrutura estatal neste ano. A informação foi dada em Plenário, no dia 20, pelo deputado Joares Ponticelli (PP), que fez severas críticas à administração estadual.

De acordo com o progressista, no dia 19 de março foram publicados dados que dão conta do contingenciamento de 54% dos valores previstos para o custeio e 92% de investimentos, ambos na área da educação. Na segurança pública, esses percentuais são de 65% para custeio e 98% de inves-

timentos. Segundo o parlamentar, isso significa uma redução de R\$ 57 milhões para apenas R\$ 60 mil. "É o dinheiro para a munição, combustível, compra de fardas, viaturas, que não se terá. Não imaginei que a situação era tão crítica", disse Ponticelli.

Para o deputado, estas medidas confirmam a necessidade que o governo tem de obter recursos para garantir o pagamento do salário de três meses do funcionalismo público, conforme sua bancada tem alertado. O parlamentar citou notícias publicadas por colunistas políticos naquele dia, nas quais se referem à situação financeira do Estado em termos como "desesperadora e crítica". Ele citou ainda outra reportagem na qual o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), teria admitido a necessidade de injetar imediatamente recursos em torno de R\$ 400 milhões no caixa do Estado.

A solução estaria, na opinião do progressista, em rever a criação das secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs). "Elas têm um custo de R\$ 72 milhões por ano", afirmou Ponticelli.

Eccel pede mais atenção ao magistério estadual

O movimento grevista deflagrado pelo magistério estadual foi motivado pela "intransigência" do governo. A afirmação foi feita em Plenário pelo deputado Paulo Eccel (PT). "Se a paralisação acontecer, o motivo será a falta de diálogo do governo com a categoria", comentou, referindo-se à assembleia geral que se realizaria naquele dia. De acordo com ele, em 2003, o Plano de Carreira dos servidores do magistério catarinense foi amplamente discutido com o governo, mas, até agora, nada foi remetido para a Assembleia pela administração estadual. "Os processos estão arquivados em alguma secretaria. Se a greve ocorrer é por intransigência do governo", declarou Eccel.

Poluição

Eccel também falou sobre o problema que alguns bairros de São José vêm enfrentando, em relação ao mau cheiro proveniente da lagoa de estabilização para tratamento de esgoto da Casan, localizada no bairro Potecas. A estação recebe esgotos de cerca de 250 mil pessoas. O deputado mos-



Deputado Paulo Eccel

trou matéria publicada pelo jornal *A Notícia*, ainda em 2004, em que a Casan admitia que o problema era grave, mas que seria assinado um convênio entre a estatal e a Secretaria da Segurança Pública para tentar resolver o problema. "Estive no local há duas semanas e, ao invés de encontrar engenheiros, havia somente um servidor terceirizado, que joga três ou quatro sacos de cal sobre o lodo quando o odor está muito forte", contou. Eccel sugeriu que seja realizada uma audiência pública em parceria com as associações de bairros envolvidas com o problema para encontrar um solução.

Odete defende servidores



Deputada Odete de Jesus

A líder do PL, deputada Odete de Jesus, deu destaque, em discurso da tribuna no dia 25, ao Projeto de Lei nº 140/06, de origem governamental - aprovado com outras seis proposições idênticas -, que institui a gratificação de 15% aos servidores da Fundação

Catarinense de Educação Especial (FCEE). "Muitas vezes o papel do professor é difícil e os funcionários não estão pedindo nada além do que merecem, ou seja, a incorporação do abono ao vencimento", comentou.

Odete mostrou-se preocupada com a possível greve dos professores, confirmada em assembleia da categoria na noite do dia 26, e fez um apelo ao governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira (PMDB). De acordo com a deputada, os professores necessitam de um reajuste de 48,8% mais abonos, pois recebem um salário médio que chega a pouco mais de R\$ 600, impondo uma mudança nas prioridades do Executivo.

A parlamentar também pediu atenção do governo aos médicos da Secretaria Estadual da Saúde,

que podem deflagrar paralisação nos dias 9 e 10 de maio. De acordo com a parlamentar, os servidores da área estão insatisfeitos com relação ao reajuste aprovado pela Assembleia Legislativa. "Essa paralisação não pode acontecer, pois milhares de pessoas dependem desses profissionais para sobreviver e a falta deles por alguns dias pode comprometer a saúde de muitos", ressaltou. Odete pediu ainda o cumprimento das leis pelo Estado. "Existem leis e elas precisam ser cumpridas, uma vez que a saúde da sociedade catarinense se encontra prejudicada. As leis aprovadas pela Casa devem sair das gavetas e entrar em ação. Temos responsabilidades a cumprir, precisamos nos organizar para que as melhores soluções sejam encontradas", destacou.

Agostini critica ação judicial

Os casos do bloqueio de bens do prefeito Fábio Favero (PFL), de Irani, conforme determinação da Justiça, e os altos gastos com cafezinho do governo federal foram comparados pelo deputado Onofre Agostini (PFL), em manifestação no dia 26.

Em sua avaliação, a ação de improbidade administrativa, ingressada pelo Ministério Público Federal contra o prefeito, questionando o processo seletivo para o cargo de coordenador do Programa Saúde Família (PSF), em Irani, não lhe deu oportunidade de defesa. "É um absurdo que o governo federal se preocupe com um deslize desses e não



Deputado Onofre Agostini

fale dos R\$ 61 milhões gastos com café. Isso dá um total de 170 mil cafezinhos por dia. São gastos totalmente fora da razão",

classificou.

De acordo com Agostini, a ação foi originada devido à contratação, pela prefeitura, de Carlos Gustavo Lopes da Silva, funcionário da empresa de propriedade do prefeito do município e de sua esposa e secretária da Saúde, Elisandra Cristina Bisatto Favero. Além do prefeito e da primeira-dama, a ação também foi proposta contra o secretário de Administração e Finanças, Odair Fermio Ferri. "Eles bloquearam os bens de pessoas dignas e honestas. Foi um pequeno deslize e nem deram direito a ele de fazer sua defesa. Esse Brasil não tem mais jeito mesmo", concluiu.

Seminários discutem rizicultura

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) anunciou que vem mantendo contatos com representantes do Banco do Brasil, Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de mediar uma renegociação da dívida dos produtores de arroz e garantir que o governo federal compre o produto pelo preço mínimo de R\$ 22 a saca.

De acordo com o petista, os ganhos dos rizicultores foram reduzidos em 50% este ano. Hoje, a saca de 60 quilos do arroz é comercializada a R\$ 15, preço muito inferior aos R\$ 34 praticados há dois anos. Para discutir a crise na rizicultura, o parlamentar comentou a realização de dois seminários, nos dias 27 de abril, às 14 horas, em Guarimir, abrangendo as regiões Norte, Nordeste do Estado e Vale do Itajaí; e 28 de abril, às 14

horas, em Pouso Redondo, para os agricultores do Alto Vale.

Segundo Dionei, a falta de armazéns credenciados pela Conab em várias regiões obriga os rizicultores a venderem o produto a R\$ 15, ou, no máximo R\$ 16, enquanto os insumos agrícolas têm seus preços reajustados com frequência. "Já entrei em contato com o diretor de armazenamento da Conab e ele me comunicou ser possível a compra do arroz e o seu transporte para regiões onde há armazéns credenciados", contou, informando ainda que, em Pouso Redondo e Mirim Doce, no Alto Vale, os produtores formaram uma associação e construíram um silo para armazenagem do arroz. Os seminários, assinalou o deputado, servirão para reivindicar ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e à Conab financiamento para secagem e armazenagem do produto. Outras alternativas de



Deputado Dionei Walter da Silva

armazenamento também serão discutidas nos encontros.

"A renegociação implica em nenhum pagamento pelos produtores este ano. Quanto ao programa de auxílio do escoamento da produção, vamos pedir à Conab para fiscalizar as empresas que buscam o benefício do governo e acabam adquirindo o produto a R\$ 15 ou R\$ 16 a saca", finalizou.

PLENÁRIO

Esporte catarinense é exemplo, diz Knaesel

O ex-secretário de Turismo, Cultura e Esporte, deputado Gilmar Knaesel (PSDB), ocupou a tribuna, no dia 20, para destacar o setor esportivo catarinense que, em sua avaliação, é exemplo para o país. "Santa Catarina é modelo através da Fesporte, do Conselho Estadual de Desportos e do Tribunal de Justiça Desportiva", afirmou o parlamentar, que lembrou das ações do governo estadual para o desenvolvimento do setor.

Entre elas, citou o programa Bolsa Atleta, que auxilia financeiramente jovens atletas que são destaque em competições esportivas nacionais e internacionais. O auxílio varia de um a oito salários mínimos mensais. Knaesel falou ainda a respeito do Fórum Internacional do Esporte, que reuniu

durante a semana, no Centrosul, em Florianópolis, representantes de sete países, num total de 3 mil participantes. Em pauta, a discussão de políticas para o desenvolvimento do setor esportivo.



Deputado Gilmar Knaesel

Orçamento agrada petista



Deputado Wilson Vieira

Os R\$ 673 milhões destinados no Orçamento da União para Santa

Catarina foram destacados pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), em manifestação da tribuna.

A atuação do deputado federal Carlito Merss (PT), que relatou o Orçamento federal, segundo Dentinho, garantiu o maior aporte de recursos já designados na peça orçamentária da União para o Estado. Dentinho fez um comparativo com os valores de 2004 (R\$ 279 milhões) e os de 2005 (R\$ 633 milhões). Na avaliação do parlamentar, o Orçamento federal deste ano é o que mais contempla obras sociais.

Dado informa sobre credenciamento

O credenciamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, junto ao SUS, para tratamento de câncer pelo método químico e radioterápico, não é responsabilidade do governo do Estado, mas do Ministério da Saúde. O esclarecimento foi feito pelo deputado Dado Cherem (PSDB), na sessão do dia 26, e antecipou informação sobre requerimento do deputado Genésio Goulart (PMDB), aprovado em Plenário no dia anterior.

"Esse credenciamento, que foi solicitado pelo parlamentar peemedebista logo vai se tornar realidade. Com um novo mapa de hospitais credenciados e essa nova maneira descentralizada de governar, Tubarão vai preparar o hospital para esse fim", disse Dado. Segundo ele, para cada mil casos



Deputado Dado Cherem

novos de câncer em Santa Catarina um hospital é credenciado. O Estado tem 12 mil casos cadastrados e 12 hospitais habilitados. "Acho que, muitas vezes, o hospital se torna apto para tal serviço e acaba de mãos amarradas devido às exigências do Ministério", criticou.

Vieirão questiona informações de ministro

Após fazer a leitura da matéria "SC dá exemplo no turismo", publicada no *Diário Catarinense*, edição do dia 19, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) disse da tribuna que as notícias ali apresentadas estão equivocadas.

A reportagem se refere à visita do ministro do Turismo, Walfrido Mares da Guia, a Florianópolis. Ele esteve no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) para falar sobre as mudanças no setor durante o governo Lula e as perspectivas para este ano. "Suas afirmações estão além da ilusão", classificou Vieirão. O deputado comentou afirmação do ministro de que Santa Catarina realizou grandes obras e ações durante os últimos anos de atuação da atual administração, como a duplicação da



Deputado Antônio Carlos Vieira

BR-101, a ampliação do aeroporto Hercílio Luz e os acessos regionais. "Colocar essas informações expostas à mídia e afirmar que isso existe é loucura, ou realmente ele deve estar brincando com a gente", destacou.

Godinho relata trabalho de fundação lageana

Satisfeito com os resultados do Projeto Olho Vivo, desenvolvido pela Fundação Carlos Joffre, localizada em Lages, o deputado Sérgio Godinho (PSB) destacou a importância da iniciativa, ressaltando as ações da instituição. De acordo com o parlamentar, a fundação teve seus primeiros passos na capital paulista, porém, desde 1939, vem atuando na cidade lageana.

Segundo Godinho, o projeto beneficia a população da cidade através de consultas oftalmológicas e assistência aos portadores de deficiência visual. "É mais uma ação social da fundação e já atendeu mais de 5 mil crianças", informou. A entidade oferece cursos de formação e qualificação profissional à população, à portadores de necessidades especiais, além de bolsas

de estudo, ensino fundamental, médio e superior, atividades de lazer e tratamentos de fisioterapia; oportunidade de cursos de educação continuada, por meio de parceria com centros de excelência; campanhas sociais, artísticas e culturais; projeto Criança na Praça, com atividades esportivas e culturais e distribuição de brinquedos, doces e lanches; Natal Solidário, que é um evento tradicional, com distribuição de presentes, doces, promoção de shows e brincadeiras, entre outras iniciativas.

"Essa ação social não deve subsistir à responsabilidade do governo. Faço um apelo para que a secretária da Saúde, Carmem Zanoto, dê maior atenção para a área da oftalmologia", solicitou o líder do PSB.

Baldissera fala sobre obras

O deputado petista Pedro Baldissera - Padre Pedro, informou, na sessão do dia 26, sobre algumas obras em rodovias federais que cortam o estado. Está no planejamento do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), segundo ele, o recalçamento da BR-163, no trecho entre os municípios de São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, onde passam diariamente cerca de 3.500 veículos.

O mesmo tratamento terá a BR-158, que liga o Rio Grande do Sul a Cunha Porã, no entroncamento

com a BR-282, cujo início das obras acontece em 30 dias.



Deputado Pedro Baldissera

Boppré exige que governo responda pedidos de informação



Deputado Afrânio Boppré

As respostas dadas pelo governador licenciado Luiz Henrique da Silveira (PMDB) aos pedidos de informações feitos pelos parlamentares foram criticadas pelo deputado Afrânio Boppré, líder do P-SOL, na sessão do dia 25. Segundo ele, o governador tem obrigação constitucional de servir ao Legislativo. "Quando um pedido é aprovado, ele deixa de ser de autoria de um deputado e passa a ser do Legislativo", assinalou.

Ele citou o caso de um pedido de informação sobre as diárias pagas às secretarias de Desenvolvimento Regional, em 2005. "A resposta da Secretaria de Estado da Administração, subscrita pelo governador Luiz Henrique da Silveira, diz que os relatórios preliminares das secretarias foram publicados no Diário Oficial do Estado nos dias 15 de fevereiro de 2005 e 14 de março de 2006", descreveu Boppré.

Ao finalizar seu pronunciamento, o deputado lembrou que em 22 de abril venceu o prazo para que o governo justificasse o processo de licitação referente ao Hemosc e ao Cepon.

Boppré também informou que a Câmara de Vereadores de São José aprovou, no dia 24, projeto de lei cujo propósito é acabar com a prática de nepotismo. "O município de São José vem dando passos firmes nesse sentido, já que tem uma larga tradição nessa prática", avaliou. Para ele, os políticos favoráveis ao nepotismo estão com os dias contados, pois a sociedade já tem uma opinião formada sobre isto. "Parabênizo a Câmara de São José. Infelizmente, a Câmara da capital rejeitou esta lei e nem a Assembléia quis votar no ano passado. Neste ano vamos apresentar a proposta novamente", anunciou.

PLENÁRIO

Índios convivem com a miséria, diz Ana Paula

A situação vivida pelas tribos indígenas em Santa Catarina foi lembrada pela deputada Ana Paula Lima (PT), na sessão do dia 19, data em que se comemora o Dia Nacional do Índio. Segundo a parlamentar, os índios convivem com a miséria, sem qualquer infra-estrutura para subsistência de homens, mulheres e crianças e ainda persiste a necessidade da demarcação de suas terras. "Em pleno século 21, eles ainda lutam por direitos assegurados na Constituição, em 1988, mas que não encontram eco em nenhuma instância governamental", salientou.

A omissão em relação à demarcação das terras pelo governo do Estado e a situação dos índios sem-terra também foram abordadas por Ana Paula. Para ela, cabe ao Executivo estadual, junto com a União, assumir esse problema e dar solução para os índios.

A deputada propôs a articulação das ações públicas junto aos povos indígenas

com a participação de seus representantes, o fortalecimento da Funai (Fundação Nacional do Índio), através do Ministério da Justiça, e a revisão imediata, pela Funasa (Fundação Nacional de Saúde), do orçamento para a Região Sul.

Os funcionários da Fundação, esclarece Ana Paula, precisam ser capacitados para que a questão alimentar e nutricional tenham práticas coerentes com esses povos, evitando confrontos e insatisfações. "Su-

giro que o Congresso Federal elabore uma lei de acordo com os princípios gerais de direitos humanos e garantindo a participação dos povos indígenas no processo de elaboração."

Imprensa

Em outra manifestação da tribuna, a parlamentar manifestou-se sobre a conduta da imprensa. De acordo com sua avaliação, são constantes os ataques da imprensa contra algumas pessoas, sem provas e de forma parcial. "Em relação ao governo federal e contra os agentes do governo Lula não é diferente. Como dublês de juizes, jornais, revistas, TVs e rádios, julgam e condenam

inocentes. O ch a m a d o "quarto poder" tem sido implacável nos ataques sem provas, b a s e a d o s apenas em fatos criados pela oposição", sentenciou.

Ana Paula defende que a imprensa exerça o pa-

pel de fiscalizadora dos poderes públicos e privados, contribuindo assim para assegurar a transparência das relações na sociedade. "O que está acontecendo é que personagens mal intencionados usam os meios de comunicação para se projetar. O senador Arthur Virgílio, do PSDB, agora diz que o caixa dois é prática corriqueira no Brasil. Aí a notícia não tem destaque. Com o PT, a regra é diferente. Não precisa ser culpado, basta a acusação."



Deputado Ana Paula Lima

Sopelsa critica preços pagos ao agricultor pelo governo federal



Deputado Moacir Sopelsa

O deputado peemedebista Moacir Sopelsa criticou, em manifestações da tribuna nos dias 25 e 26, a falta de uma política federal de preços para o setor agrícola que assegure renda mínima ao produtor rural. O parlamentar citou alguns produtos agrícolas como o leite, a soja, o alho, a cebola, a maçã, a banana, cujos preços sofreram grande variação entre os meses de março de 2005 e março de 2006.

O leite, por exemplo, em março de 2005 estava cotado em R\$ 0,48 para os produtores. No mesmo mês de 2006, valia R\$ 0,39. Uma saca de 60 quilos de soja, em março de 2005, era vendida a R\$ 32 e, em março deste ano, o preço caiu para R\$ 23,50. Sopelsa também mencionou o caso da banana, cujos preços referentes a março de 2005 e 2006 variaram de R\$ 17 para R\$ 3, respectivamente, levando desta forma o agricultor a abandonar a atividade e o campo.

Ele reivindicou medidas urgentes por parte do governo federal, pois a situação tende a se agravar com os problemas atuais. "A falta de providências imediatas vai refletir na próxima safra", destacou.



Deputado Herneus de Nadal

Herneus homenageia Cooperativa

O vice-presidente da Assembleia, deputado Herneus de Nadal (PMDB), prestou homenagem, no dia 18, aos 37 anos da Cooperativa Aurora, localizada no Oeste de Santa Catarina.

O parlamentar contou que o grupo é formado por 17 cooperativas, reunidas num grande complexo industrial e social, totalizando um mix de produção que engloba diversos tipos de carnes e sucos que abastecem os mercados nacional e internacional.

Na opinião do peemedebista, o fato dos sócios serem os próprios donos do empreendimento contribui para o êxito do corporativismo barriga-verde, além de deter o êxodo rural, pois investe de forma maciça em investimentos sociais.

A Aurora é responsável pela difusão de tecnologia e de mais de 6 mil empregos nos frigoríficos e fábricas de sucos. "Eu, como oestino, não poderia deixar de fazer este registro", concluiu o parlamentar.

[GABINETES]

SAÚDE VOCAL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou, no dia 18, o projeto que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal para o magistério. De autoria dos deputados petistas Francisco de Assis e Dionei Walter da Silva, a proposta teve parecer favorável do relator, deputado Paulo Eccel (PT). Contudo, o projeto foi rejeitado por cinco votos a três, com a aprovação do pedido de arquivamento da matéria pelo deputado Gelson Merísio (PFL).

O deputado Assis justificou a relevância da proposta e "apelou" aos colegas para permitirem a sua tramitação. "Não estamos criando por vontade própria, e sim trazendo uma reivindicação antiga do magistério. Vamos aprovar e deixar a comissão específica debater o mérito", disse Assis, contrapondo o argumento do deputado Merísio, que julga a matéria inconstitucional, com vício de origem.

O objetivo da proposta, enfatizou o parlamentar, é prevenir o diagnóstico de disfonias (alterações de voz) em professores e promover o uso adequado da voz, salientou o petista.

O parecer de Eccel também se fundamenta em jurisprudência (ADI 2304 MC/RS) do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que liquida a inconstitucionalidade por vício de origem, como vem sendo apontada desde 2001, por ser uma medida autorizativa. "No Rio Grande do Sul, o programa está em vigor. Por que não permitir que se aplique aqui em Santa Catarina?", indaga Assis. (Emanuelle Vieira Torres)

MUSEU UNIVERSITÁRIO

Atento às questões culturais, o deputado Cesar Souza (PFL) está solicitando, junto ao governo federal, recursos financeiros necessários para a conclusão da obra do Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A moção do parlamentar foi encaminhada aos ministros da Educação, Fernando Haddad, e do Planejamento, Paulo Bernardo Silva, e à bancada catarinense no Congresso Nacional.

De acordo com Cesar Souza, a construção do museu, com área de 1.871,20 metros quadrados e orçada em R\$ 2,16 milhões, está com sua estrutura em fase conclusiva. Foram aplicados na obra R\$ 420 mil, faltando a etapa de acabamento.

O museu abrigará, entre outros temas, obras e referências sobre a ocupação humana em Santa Catarina, arqueologia, os indígenas e os aspectos da cultura açoriana, tornando-se um atrativo turístico e possibilitando grandes exposições de outros museus conceituados, em Florianópolis. (Cármem Leite Rovira)

NOVA POLÍTICA

"Estou convencido de que a crise política no cenário nacional vai produzir um cidadão-eleitor mais crítico e mais consciente de uma nova política com ética e transparência", declarou o líder do PP, deputado Celestino Secco, ao abordar, durante entrevista, qual deverá ser o perfil do novo eleitor em função dos escândalos amplamente noticiados pela imprensa do país.

Para o líder do PP, o eleitor terá de redobrar sua atenção para a escolha do seu candidato. "A primeira coisa é o eleitor informar-se sobre o processo eleitoral, e em seguida fazer uma comparação entre o que diz o candidato e o que ele faz. Esse exercício permitirá que o cidadão escolha, dentro dos seus valores, aquele que poderá cuidar melhor de sua vida", recomendou Celestino.

Sugeriu também que o cidadão "observe quem faz discurso generalista, que não diz como, em que condições e com que recursos irá fazer o que promete. É preciso optar por alguém que assuma compromisso de trabalho", concluiu. (Jandyr Côte Real)

Indústria florestal quer ações imediatas para recuperar a atividade



Todas as propostas apresentadas pelas várias instituições presentes ao encontro serão...



...encaminhadas ao presidente Lula, com o qual os deputados querem marcar uma audiência

Taxa de juros elevada e política cambial são apontados pelos empresários como os fatores que mais têm prejudicado o setor, que já registra um saldo de 10 mil demissões devido à crise atual

Graziela May Pereira

Buscar alternativas de financiamento junto aos órgãos financeiros, a liberação dos créditos tributários, melhoria da taxa cambial, repactuação das dívidas bancárias, parcelamento de tributos federais em 180 meses e a Criação do Fórum Regional do Setor Madeireiro. Estes foram os encaminhamentos resultantes da audiência pública realizada pela Comissão de Economia, presidida pelo deputado Gelson Merísio (PFL), que discutiu na noite do dia 26, a soluções para a crise que atinge a indústria de base florestal catarinense (madeira, móveis e papel).

O debate, solicitado pela bancada do PFL, contou com a presença maciça dos empresários da área, que lotaram o Plenário com faixas e reivindicações. A política econômica do governo federal, ancorada nas altas taxas de juros, somando-se a outros fatores que elevam os custos da produção estão na raiz da crise, conforme os empresários.

Sob a coordenação do deputado Onofre Agostini (PFL), a audiência começou com a exposição dos problemas vividos pelos empresários da área. Conforme o presidente do Sindimadeira, Israel Marcon, a indústria da base florestal ocupa o segundo lugar no ranking de exportações de Santa Catarina e contribui com aproxi-



Trabalhadores ocuparam as galerias para participar da discussão



Marcon: "Estamos desesperados"

madamente 20% do PIB estadual. "O número de desempregados gerados pela crise já chega a 10 mil. Tivemos uma queda de 26%

no faturamento de 2005. Estamos desesperados. Já fechamos as BRs 470 e 116 duas vezes e não fomos ouvidos.", sintetizou. Os números apresentados são a ponta do iceberg da crise cambial do dólar, segundo ele. "Os dólares entram no Brasil sem pagar CPMF e imposto. Esse capital entra e sai através de transações on-line. Por sua vez o capital produtivo é taxado com altos impostos", explicou Israel.

O presidente da Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas (FCDL), Roque Pelizzaro Júnior, afirmou que há muito tempo a política cambial do país resulta em perda da competitividade e reivindicou o efetivo repasse de recurso federais para o estado.

Políticos querem ação imediata do governo federal

O prefeito de Lages, Renato Nunes de Oliveira (PP), disse que os três setores (madeira, papel e móveis) representam 15% da economia estadual, com mais de 7 mil empregos diretos e 15 mil indiretos. "Hoje é a madeira. Amanhã são os frangos e os suínos. É preciso que o governo estabeleça uma forma de compensar toda essa perda ocorrida nos últimos meses", salientou.

O deputado Antônio Ceron (PFL) também criticou a falta de política preventiva por parte do governo petista em relação a este segmento. "O setor produtivo tem que ser olhado com mais responsabilidade. Que essa audiência se faça chegar ao ouvidos de quem tem que ouvir. Será que a política ideal do governo federal é que se fique desempregado e mais dependente?", questionou.

O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) alertou para o fato de a variação cambial não pode ser solucionada, já que o preço do dólar vem caindo em vários países. Já o deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) afirmou que espera que esta crise seja cíclica. "Se não for, eu não sei o que vai ser de Santa Catarina. A madeira é a vocação

do nosso Estado e já vi muitos empresários chorando por não haver solução. É preciso ações já", disse, preocupado.

Como foram apresentadas propostas de várias instituições, o deputado Onofre Agostini informou que todos os documentos serão compilados e enviados para o presidente da República, aos ministros da Fazenda e do Planejamento, senadores e deputados federais.

Na sessão plenária do dia 2 de maio, será apresentado um requerimento – proposto pelo deputado Nelson Goetten (PFL) –, pedindo o cancelamento de uma sessão da Casa para que o maior número possível de deputados possa ir a Brasília encontrar-se com o presidente Lula, a fim de discutir a crise e pedir soluções imediatas.

Também participaram da audiência os deputados Moacir Sopesa (PMDB), Antônio Aguiar (PMDB), Reno Caramori (PP), Mauro Mariani (PMDB), José Carlos Vieira (PFL), Sérgio Godinho (PSB), Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), além do ex-deputado e agora secretário do Desenvolvimento Regional de Lages, Francisco Küster (PSDB), e representantes do setor.